

Vem aí mais dinheiro para escolas públicas

MEC e Bird investirão R\$ 1,3 bilhão para equipar rede oficial e melhorar qualidade do ensino nas regiões Norte e Centro-Oeste

Marina Oliveira
Da equipe do *Correio*

Nos próximos cinco anos, 5,2 milhões de alunos e 204 mil professores das regiões Centro-Oeste e Norte do país terão mais R\$ 1,3 bilhão investidos em suas escolas. Metade dos recursos sairão do governo federal e a outra do Banco Mundial (Bird).

A expectativa do Ministério da Educação (MEC) é de que a primeira parcela do financiamento seja liberada em janeiro de 1998.

A proposta oficial do MEC para o programa só será apresentada ao Bird em agosto. Mas técnicos do banco com conhecimento do projeto garantem que o parecer será favorável.

“O bom desempenho das iniciativas em educação financiadas pelo Bird no país credenciaram o governo brasileiro a obter mais empréstimos”, afirma Emílio Marques, diretor executivo do Projeto Nordeste — funcionando desde 1993 — e futuro coordenador dos programas do Norte e do Centro-Oeste.

A meta dos projetos é melhorar o desempenho escolar dos alunos dessas regiões que, em geral, fica abaixo do apresentado por estudantes do Sul e do Sudeste.

Os idealizadores partem do princípio de que, equipando as salas de aula e melhorando as instalações físicas da escola, é possível aumentar

a qualidade da aprendizagem.

Dentro dessa linha, o Projeto Nordeste gastou 80% do dinheiro aplicado até agora em infra-estrutura — escola, material e equipamentos.

Somente 20% do orçamento foram usados na capacitação de recursos humanos — desde professores até administradores de colégios e

funcionários das secretarias estaduais e municipais de educação.

DÚVIDAS

“Temos nós questionado sobre como medir realmente os resultados do programa na educação fundamental”, admite Emílio Marques.

Ele diz que, apesar do último Conselho Educacional do MEC, divulgado

em janeiro, ter mostrado que houve aumento no número de matrículas e crescimento dos alunos que concluem o 1º grau na região, ninguém pode saber até que ponto o projeto influenciou nesse resultado.

“Políticas educacionais de estados, municípios e do governo federal contribuíram para esse desempenho”, analisa. Na opinião dele, a única maneira de avaliar a eficiência do programa seria contando quantas escolas foram construídas ou reformadas, livros e computadores comprados e professores treinados com dinheiro do programa.

CRÍTICAS

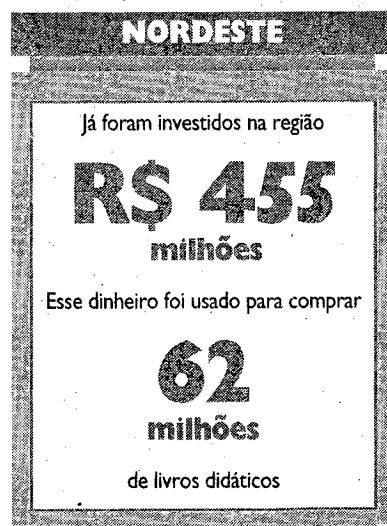
Mas é justamente nesse ponto que residem as maiores críticas ao modelo adotado pelo projeto. “Segundo essa linha convencional de ação, o governo evita resolver as causas essenciais do fraco desempenho dos alunos: a pobreza dos alunos e a falta de qualificação dos professores”, argumenta o deputado Paulo Bernardo (PT-MG), que faz acompanhamento diário dos gastos do governo com a educação no país.

“Programas com uma visão técnica da educação atropelam o aspecto humano, que é o mais importante nesse campo”, analisa o deputado. Ele alerta para o perigo de se investir muito em tecnologia sem garantir a existência de pessoas capazes de operar os equipamentos.

“Os programas que serão criados no Norte e no Centro-Oeste terão mudanças nas linhas de ação levando em consideração a experiência que adquirimos nesse primeiro projeto Nordeste”, admite Emílio Marques.

O MEC incentivará os municípios a colocarem suas necessidades em termos de capacitação de pessoal antes de desenhar a estratégia de ação naquela região. “Antes, os estados ofereciam uma série de cursos aos professores das redes municipais, que escolhiam qual fazer como se estivessem no supermercado fazendo compras”, compara Emílio Marques.

“Agora usaremos os recursos humanos e materiais para tornar possível o curso que a comunidade pede”, resume. E acrescenta que esse tipo de diálogo viabilizará também uma integração maior das ações estaduais e municipais.



ENSINO FUNDAMENTAL

Números de matrículas na região Nordeste

Estado	1994/1995	1996	variação (%)
Maranhão	1.298.013	1.361.269	4,9
Piauí	622.904	616.075	-1,3
Ceará	1.406.702	1.641.289	16,7
Rio Grande do Norte	584.520	590.416	1,0
Paraíba	673.556	689.556	2,4
Pernambuco	1.690.627	1.720.019	1,7
Alagoas	555.703	567.418	2,1
Sergipe	385.268	401.487	4,2
Bahia	2.792.095	2.887.940	3,4

Fonte: Ministério da Educação